

O PINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU

Ano X - Edição 211

COLABORAÇÃO: R\$ 2

DE 24 A 30/03/2005

WWW.PSTU.ORG.BR

20 ANOS

DA DEMOCRACIA DOS RICOS



PÁGINAS 6 E 7



**FEBEM: A BARBÁRIE
CAPITALISTA**

PÁGINA 4



**HAITI: TROPAS LIDERADAS PELO
BRASIL SÃO ACUSADAS DE ABUSOS**

PÁGINA 5



**REFORMA SINDICAL: ESTADO
IRÁ INTERVIR NOS SINDICATOS**

PÁGINA 12

■ **O NOME DA BESTA** Bush nomeou o deputado republicano Rob Portman como novo representante comercial. Entre suas novas atribuições, ele irá negociar a implementação da Alca.

PÁGINA DOIS

■ **'POSTE'** Sem cadeiras, alunos do ensino público de Faro (PA) assistem as aulas de pé ou deitados no chão. Vítimas do descaso, têm tristes apelidos: 'alunos-poste' e 'alunos-jacaré'.

MOFANDO...

Nos bastidores do Congresso, os deputados do chamado "baixo clero" estão articulando a não cassação do seu colega André Luiz (PMDB-RJ). Denunciado por intermediar

compra de votos na CPI da Loterj - que investigava o caso Waldomiro Diniz -, o processo está mofando na mesa do corregedor, Ciro Nogueira, futuro ministro de Lula.

PÉROLA

"Ahh, esse aqui é o dono do Brasil. Ele manda no Brasil!"



SEVERINO CAVALCANTI, ao ser apresentado ao dono do Bradesco. O presidente da Câmara ainda disse ao banqueiro Lázaro Brandão que "precisa de seus conselhos". (coluna Mônica Bergamo, Folha de S. Paulo, 16/02/2005)

LESSA COM O PMDB

Quatro meses após o afastamento da presidência do BNDES, Carlos Lessa foi convidado pelo presidente do PMDB, Michel Temer, para coordenar o programa de Antony Garotinho para as próximas eleições presidenciais em 2006. Lessa, que já aceitou o convite, saiu do governo em meio a protestos de setores da esquerda que o consideravam o maior representante da ala "nacionalista" do governo Lula. Avaliavam também que, no BNDES, sob seu comando, podia-se "disputar" os rumos do governo petista. Será que agora irão achar que é possível disputar também os rumos do PMDB?

CHARGE / GILMAR

VERBA DE GABINETE



TUDO COMO DANTES...

No dia 15, a Câmara aprovou a Medida Provisória que regulamenta o acesso a documentos sigilosos. Todo documento tido como "ultra-secreto", que seja "imprescindível para a segurança do Estado e da sociedade" e que ameace a "integridade territorial", poderá ser mantido

sob sigilo por 60 anos. Isto é, tudo fica como está. Documentos da ditadura militar e da época da Guerra do Paraguai (1864-1870) não terão uma só linha divulgada. Especula-se que revelariam casos de subornos, que reduziram o território paraguaio no final da guerra. Mais uma vergonha...

FOTO ANA NASCIMENTO



Olha aí a diretoria da Ubes, controlada pelo PCdoB, reunida feliz da vida com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Os dirigentes pediam agilidade em um projeto de Lei que é parte da reforma Universitária. Detalhe: o encontro foi no dia seguinte ao aumento de 25% nas verbas de gabinete.

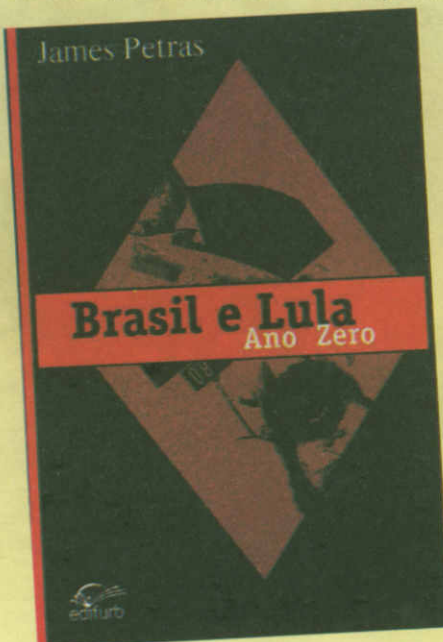
PROMOÇÃO

ESCREVA PARA O SITE DO PSTU E CONCORRA AO NOVO LIVRO DE JAMES PETRAS

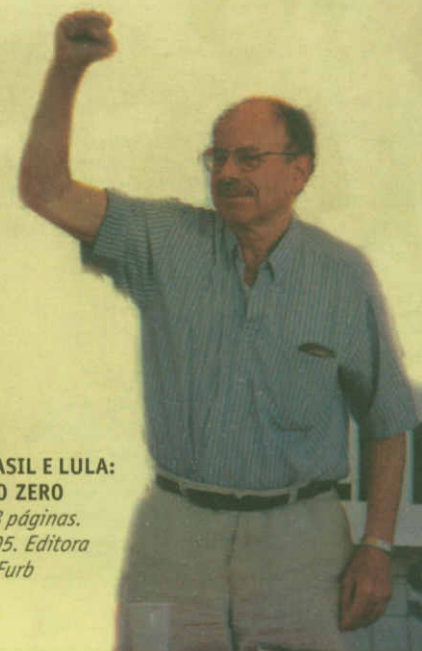
O site do PSTU completou o primeiro mês em uma nova fase, de muitas novidades e de agilidade nas notícias de nossa luta.

Para comemorar, o site está com uma promoção: envie um e-mail para site@pstu.org.br, dizendo o que você achou das mudanças em nossa página ou

enviando suas críticas. Você estará concorrendo ao novo livro do sociólogo norte-americano James Petras.



BRASIL E LULA: ANO ZERO
128 páginas.
2005. Editora da Furb



ESTA SEMANA NO SITE

<WWW.PSTU.ORG.BR>

<INTERNACIONAL>

Congresso da Bolívia aprova Lei de Hidrocarbonetos

Vídeo do ato contra a guerra em São Paulo

<PARTIDO>

Leia a resenha de Gilberto Maringoni sobre o livro 'As Esquinas Perigosas da História', de Valério Arcary

<NACIONAL>

A cobertura da reforma ministerial

<MOVIMENTO>

Baixa o jornal da Conlutas

Serra e Alckmin preparam PPPs na Educação

<JUVENTUDE>

Conlute realiza encontro em Minas Gerais

<CONTRA A OPRRESSÃO>

SESC da Bahia faz discriminação homofóbica

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA

é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA

Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01321-010
Fax: (11) 3105-6316 e-mail: opinioao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguiar e Valério Arcary EDITOR Eduardo Almeida Neto JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555) REDAÇÃO Cecília Toledo, Diego Cruz, Jefferson Choma, Wilson H. Silva, Yara Fernandes REVISÃO Maria Lucia F. C. Blerrenbach PROJETO GRÁFICO Gustavo Sixel DIAGRAMAÇÃO Gustavo Sixel e Mônica Biasi IMPRESSÃO Gráfica Lance (11) 3856-1356 ASSINATURAS (11) 3105-6316 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

OPINIÃO SOCIALISTA ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: _____
CPF: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____
CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____ E-MAIL: _____
☐ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO PSTU EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R\$ 12) ☐ SOLIDÁRIA (R\$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA: _____
☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC
☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
<input type="checkbox"/> (R\$ 36)	<input type="checkbox"/> (R\$ 72)	<input type="checkbox"/> (R\$ 144)
<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA: R\$ _____	<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA: R\$ _____	<input type="checkbox"/> SOLIDÁRIA: R\$ _____

FORMA DE PAGAMENTO

☐ CHEQUE *
☐ CARTÃO VISA Nº _____ VAL. _____
☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA: _____
☐ BB ☐ NOSSA CAIXA ☐ BANRISUL ☐ BESC
☐ BANESPA ☐ CEF AG. _____ CONTA _____
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF) _____

☐ BOLETO

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da assinatura para Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01321-010 - Fax: (11) 3105-6316

SEDE NACIONAL

Rua Humaitá, 476
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01321-010
(11) 3105-6316

www.pstu.org.br
www.litci.org

✉ pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasses@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Av. Comendador Leão, 526 Poço
(82)327.8125 maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Rua Guanabara, 504 - Pacoval
(96) 225-4549
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823,
Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R. Fonte do Gravatá, 36,
Nazaré (71) 321-3632
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42,
Centro, alagoinhas@pstu.org.br
IPAÍ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA - Rua C,
Quadra C, 27 - Morada do Bem
Querido - Candelas

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO - Av. Carapinima, 1700,
Benfica (82) 254-4727
www.pstuportaleza.org
MARACANAÚ - Rua 1, 229 -
Conjunto Jereissati 1

JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre
Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor Comercial Sul -
Quadra 2 - Ed. Jockey Club - Sala 102
brasil@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro,
nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4
(Esquina com Av. Independência)
(62) 212-9969 goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Rua dos Afogados, 169, sl.
8, Centro (98) 258-0550
saoluiz@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd.
Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 -
Centro (31) 3201-0736
CENTRO - FLORESTA
Av. Paraná 191, 2º andar - Centro
BARREIRO - Av. Olinto Meireles, 2196
sala 5, Pça. Via do Minério
CONTAGEM - Rua França, 532/202 -
Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 -
(34) 3312-5629 - uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELEM belem@pstu.org.br
CENTRO - Rua Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195,
Bairro Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna,
147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320,
s/nº (ao lado da Câmara)
(91) 9617.2944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto,
391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - Rua Alfredo Buffren, 29/4,
Centro

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroador, 20/1º andar,
Boa Vista (81) 3222-2549
recife@pstu.org.br
CABO DE SANTO AGOSTINHO
R. José Apolônio nº 34 A, Cohab

PIAUI

TERESINA - R. Quintino Bocaiuva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br
PRAÇA DA BANDEIRA - Tv. Dr. Araújo,
45 - (21) 2293-9689
JACAREPAGUÁ - Praça da Taquara, 34
sala 308

DUQUE DE CAXIAS - R. das Pedras, 66/01,
Centro
NITERÓI - niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Souza Cardoso, 147 -
Vila Amélia friburgo@pstu.org.br
NOVA IGUAÇU - Rua Coronel Carlos de
Matos, 45 - Centro
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411
sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
VALENÇA - valenca@pstu.org.br
VOLTA REDONDA
Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301
Bairro Aterradão

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho,
70 (84) 9999-0002
ZONA NORTE - Av. Maranguape, 2339,
cj. Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - Rua General Portinho,
243 (51) 3286-3607
portoalegre@pstu.org.br
BAGÉ - Rua Barão do Triunfo, 1635 -
(53) 241-7718
CAXIAS DO SUL - Rua do Guia Lopes,
383, sl 01 (54) 9999-0002
GRAVATÁ - R. Dr. Luiz Bastos do Prado,
1610/305 Centro (51) 484-5336
PASSO FUNDO - XV Novembro, 1175 -
Centro - (54) 9982-0004
PELOTAS - Rua Santa Cruz, 1441 - Centro
(53) 9126-7673 pelotas@pstu.org.br
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 9989-0220,
santamaria@pstu.org.br
SÃO LEOPOLDO - Rua João Neves da
Fontoura, 864, Centro, 591-0415

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos,
104, Centro (48) 225-6831
floripa@pstu.org.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248
- São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE - Rua Rodolfo Bardela, 183
(tv. da R. Parapuã, 1.800)
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim
Pedroso de Melo, 18 (próximo
à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL
Campo Limpo - R. Dr. Abelardo
C. Lobo, 301 - piso superior
Santo Amaro - Av. João Dias, 1.500
- piso superior
BAURUR - R. Cel. José Figueiredo, 125 -
Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauro.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 campinas@pstu.org.br
CAMPOS DO JORDÃO - Av. Frei Orestes
Girard, 371, sala 6 - Bairro Abernêsia
(12) 3664-2998
FRANCO DA ROCHA - R. Washington
Luiz, 43, Centro
GUARULHOS

R. Miguel Romano, 17 - Centro (11)
6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11)
3436-8887

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386 - Centro
(12) 3953-6122
LORENA - Pça. Mal Mallet, 23/1 - Centro
MOGI DAS CRUZES - Rua Dr. Corrêia,
nº 191 - Bairro Shangai -
Mogi das Cruzes - SP - (11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete

RIBEIRÃO PRETO
R. Saldanha Marinho, 87, Centro (16)
637-7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SANTO ANDRÉ - Rua Oliveira Lima, 279
sala 5 - 2º andar

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal.
Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339-7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO CAETANO DO SUL - R. Eng.
Rebouças, 707 Oswaldo Cruz
(11) 4238-7883

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS sjc@pstu.org.br
VILA MARIA - R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 -
Vale do Sol

SOROCABA - Rua Prof. Maria de
Almeida, 498 - Vila Carvalho
(13)3211.1767
sorocaba@pstu.org.br

SUMARÉ - Av. Principal, 571 - Jd. Picemo I
SUZANO suzano@pstu.org.br
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos,
142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco
José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando
Dantas (79) 251-3530
aracaju@pstu.org.br

AS VOLTAS QUE O MUNDO DÁ

Vinte anos passaram-se, desde o fim da ditadura militar, e muitas coisas mudaram no país. Hoje existe a liberdade de votar a cada dois anos e o PT está no governo.

Contudo, segue o ataque do governo aos direitos dos trabalhadores. E, como produto da luta contra essa situação, estão surgindo novos organismos como foram a CUT e o PT no passado. Mas, o que impressiona é o fato dos atores que lutaram contra os militares terem mudado completamente.

Antes era a ditadura e seus partidos (que incluíam representantes políticos como Maluf, ACM, José Sarney) que atacavam os trabalhadores. Um de seus principais articuladores econômicos era Delfim Neto. Além disso, o regime militar impôs um controle do Estado sobre os sindicatos. A ditadura tinha como aliados os pelegos de então, com "Joãoquinzão", dos metalúrgicos de São Paulo.

A reorganização das massas expressava-se na CUT e no PT, com uma



Gushiken, Lula e Dirceu

base fundamental no ABC, no sindicato dos metalúrgicos.

Hoje, os papéis estão trocados. O PT no governo federal está preparando a inclusão dos representantes de Maluf, Delfim e Sarney no ministério.

Articula uma reforma Sindical que propõe atrelar os sindicatos ao Estado, voltando aos tempos da ditadura, com o Ministério do Trabalho decidindo quais os sindicatos que poderão existir. Caso consiga aprová-la, o governo vai impor um retrocesso no nível de vida das massas (acabando com direitos dos trabalhadores), semelhante ao que a ditadura fez no passado.

Esta reforma tem como um de seus co-autores o Paulinho da Força Sindical, sucessor de "Joãoquinzão" no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo. Marinho, outro co-autor da reforma, é o atual presidente da CUT e o maior pelego do país. Hoje ele está enfrentando nas eleições sindicais na Volkswagen, em São Bernardo do Campo (SP), uma chapa formada por ativistas de base com grande peso da Conlutas.

A Conlutas defende posições que, no passado, foram levantadas pela CUT, como liberdade e autonomia sindical e a luta contra o arrocho salarial do governo. Hoje a Coordenação propõe a todas as correntes sindicais a mais ampla unidade para lutar contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária de Lula e do FMI.

Como no passado, a coalizão conservadora, capitaneada atualmente pelo PT, pode ser derrotada. E a reorganização de base, como se expressa na Conlutas, pode ser vitoriosa na luta contra as reformas.

FALA ZÉ MARIA



Uma mentira com pernas muito curtas

José Maria de Almeida, o Zé Maria, é Presidente Nacional do PSTU e integra a Coordenação da Conlutas

Existe um debate que, aos poucos, vai chegando aos ativistas do país sobre a reforma Sindical e Trabalhista.

De um lado, temos uma campanha de marketing, apoiada pela mídia, mostrando que o governo, a CUT e a Força Sindical estão empenhados em acabar com os pelegos dos sindicatos de papel.

De outro, temos a Conlutas e outras forças do sindicalismo, desmentindo o governo, mostrando que a reforma vai criar os superpelegos da CUT e da Força, atacar o direito de greve e buscar acabar com direitos dos trabalhadores.

A campanha governista não resiste a nenhuma discussão democrática em qualquer assembleia de trabalhadores. Como não tem argumentos para sustentar o insustentável, inventa mentiras. O jornal do sindicato dos metalúrgicos do ABC, dirigido pela Articulação, diz que a grande burguesia do país estaria contra a reforma Sindical, e, por isso, a Conlutas estaria junto com eles.

Vamos lembrar que reforma foi preparada pelo Fórum Nacional do Trabalho, criado pelo governo, que conta com os principais empresários do país e as direções da CUT e Força Sindical. A reforma é, portanto, uma proposta conjunta do governo, burguesia e centrais.

Qualquer investigação séria deve perguntar-se a quem a reforma beneficia? A quem interessa a restrição ao direito de greve, a contratação legal de fura-greves e o fim das férias e do 13º salário? Qualquer ativista honesto pode responder essa pergunta.

O acordo entre as centrais e os empresários em relação à reforma não significa que não existam diferenças táticas entre eles. Entre aliados também há diferenças. Por exemplo, hoje o PT e o PP (de Maluf e Severino), estão no mesmo governo. Há, porém, diferenças entre eles. Em várias cidades, eles apre-

sentam candidatos diferentes às eleições.

Entre a burguesia e a direção da CUT existem duas diferenças. A primeira é que o governo quer primeiro fazer a reforma Sindical, e depois a Trabalhista. Prevendo que haverá resistências à reforma Trabalhista, o governo e a CUT querem ter o controle absoluto sobre o movimento, para depois entrar com a reforma Trabalhista. A burguesia desconfia da disposição de Lula para implementar a reforma Trabalhista em um ano eleitoral. Por isso, quer fazê-las conjuntamente.

Lula, entretanto, já disse que vai acabar com o 13º. A diferença entre eles, portanto, é tática, de quando fazer a reforma, e não sobre o seu conteúdo.

A segunda diferença é que a reforma Sindical permite a existência de alguma forma de organização de base, pela reedição das Juntas de Conciliação Prévia, que servem aos patrões para chegar a acordos extorsivos aos interesses dos trabalhadores, antes deles recorrerem à Justiça. Isso, porém, poderá ser utilizado pelo movimento sindical, da mesma forma como as Cipas que em algumas fábricas fazem muito mais que a prevenção de acidentes de trabalho. Por isso, a burguesia não quer esse tipo de organização. A CUT, por outro lado, utiliza essa organização limitadíssima de base como a cereja que enfeitará o bolo envenenado da reforma, fazendo os ativistas aceitarem esse retrocesso.

Essas diferenças entre a burguesia e as centrais não escondem o grande acordo existente entre eles em torno da reforma. A patronal vai pressionar para conseguir mais vantagens nas negociações parlamentares. Os partidos burgueses, como o PFL e o PSDB, vão votar a favor da reforma, assim como o PT.

Tudo isso é apenas mais uma mentira de pernas muito curtas da direção da CUT, insustentável em qualquer debate sério.

A BARBÁRIE NA FEBEM

TORTURAS E REPRESSÃO são a bases da política de Alckmin para os jovens internados na Febem

AMÉRICO GOMES, da direção nacional do PSTU

As recentes rebeliões na Febem recolocaram a discussão das condições em que vivem os jovens adolescentes presos no Brasil. Este ano, no Estado de São Paulo, ocorreram cerca de 1.200 fugas e 20 rebeliões, sendo que 11 foram no complexo do Tatuapé (zona leste de São Paulo); no ano passado, foram registradas 28 fugas. A crise do governo Geraldo Alckmin (PSDB) neste terreno é escandalosa.

Do complexo Tatuapé, fugiram cerca de 300 internos; depois da fuga, os que ficaram iniciaram a rebelião. A capacidade do complexo é de 1.552 internos. Em Franco da Rocha, cerca de 300 internos participaram da rebelião, sua capacidade é para 280. Ambos os números são muito superiores aos 40 indicados pelos especialistas como o mais apropriado para unidades de internação.

As duas rebeliões deixaram 11 adolescentes e 31 funcionários feridos, sendo dois em estado grave, um estupro de uma educadora e um crime de atentado violento ao pudor contra outra funcionária.

O BRASIL QUE APANHA CALADO

Essas ações se inserem no Brasil, do atual do governo do PT e de Lula, onde há: tortura e prisão ilegal de trabalhadores rurais, atentados contra povos indígenas, ameaças de morte e assassinatos de lideranças de movimentos sociais, desaparecimento de defensores de direitos humanos, agressões contra homossexuais, chacinas e execuções sumárias de presos, trabalho escravo rural e urbano, intimidação de testemu-



Após uma rebelião, jovens são revistados no pátio da Febem

"NO BRASIL DE LULA, a tortura é praticada de modo sistemático"

nhas e de representantes do Ministério Público, ligação do crime organizado com políticos, juízes e advogados.

O relatório do Centro de Justiça Global sobre Direitos

Humanos de 2002 tem um capítulo intitulado "Quebrando o Silêncio, o Brasil que Apanha Calado". Nele se conclui que "a tortura é praticada no Brasil de modo sistemático e generalizado". A grande maioria das vítimas encontra-se encarcerada.

Somente nas prisões de São Paulo, de 2000 a 2002, as Ongs Ação de Cristãos para Abolição da Tortura (Acat) e Pastoral Carcerária de São Paulo documentaram oficial-



Adolescentes rebelados em unidade da Febem na capital paulista

mente 1.631 casos de tortura – outros 3.400 foram registrados informalmente, por medo das vítimas torturadas.

TORTURA E MAUS TRATOS SÃO INTITUCIONALIZADOS NA FEBEM

Milhares de jovens estão sem esperança, sem emprego, sem estudo e sem futuro. Quando entram em conflito com a lei e vão presos, a situação é ainda pior. A Febem não reeduca, nem re-socializa.

São cerca de seis mil menores internados a título de "medida sócio-educativa", nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A superlotação, o tratamento cruel, desumano e degradante é impressionante, seu regime privilegia a punição, a ideologia de segurança, do medo e da repressão. Ocorrem sistematicamente sessões de espancamento, com cabos de madeira, canos de ferro e fios, por monitores, muitas vezes usando máscaras ou capuzes, e por unidades especiais chamadas a intervir para restaurar a ordem e a segurança. A média é de três menores espancados ou torturados por dia. Além disso, os menores são mantidos presos sem as mínimas condições de higiene, não são separados por idade ou pela natureza do crime cometido e não recebem qualquer atividade educativa ou recreativa. Há atraso nas decisões judiciais e na liberação de jovens internos.

Depois das rebeliões, os espancamentos continuam como represália ou punição durante as noites, os detentos são trancados em celas de castigo, construídas para abrigar apenas uma pessoa, em grupos de mais de 12, durante alguns dias. Além disso, os familiares não têm permissão de acesso.

NÃO EXISTE SOLUÇÃO PARA A JUVENTUDE SOB O CAPITALISMO

Não existe maquiagem possível na chaga da FEBEM. Ainda que o governo mude seu nome, o problema seguirá existindo. As alternativas, cada vez mais comuns, do tipo "prende e arrebeta" não resolvem nada. Na verdade, são as que estão sendo aplicadas, com cada vez mais repressão e mais ineficiência.

Uma das propostas mais populares da direita é a redução da maioridade penal. Um menor, segundo essa proposta, seria condenado e colocado em penitenciárias como os outros infratores maiores de idade. Nos EUA e Inglaterra, os menores também são penalizados, sem nenhum resultado na diminuição da criminalidade. Mesmo nesses países, não se colocam os menores nas mesmas penitenciárias dos maiores, como nessa proposta brasileira, que pioraria muito a situação prisional dos jovens, aumentando sua relação com os maiores delinquentes.

Não existe nenhuma solução estratégica para a adolescência sem uma ruptura com o capitalismo. A solução para a adolescência viria, em primeiro lugar, com o pleno emprego, com salários decentes para todos, para evitar que tivessem que recorrer aos assaltos ou ao tráfico de drogas para sobreviver. Viria com uma educação de qualidade para a juventude.

O problema é que, para chegar a isso, é preciso acabar com o capitalismo. É necessário expropriar e colocar na cadeia os maiores ladrões deste país, os grandes empresários e seus representantes políticos. Só os pequenos ladrões vão para a cadeia. É necessário também acabar com esta polícia corrupta (que, em geral, está a serviço de um grupo de traficantes contra outro), para formar outra, sob controle da população.

O GOVERNO ALCKMIN AMPLIA A VIOLÊNCIA

A política do governo do PSDB é de combater a ineficiência com violência, por isso transferiu 240 internos de Franco da Rocha, com idades entre 14 e 18 anos, para um presídio de segurança máxima em Taubaté. Além disso, 700 internos serão transferidos para uma penitenciária em Tupi Paulista. Fortalece-se,

portanto, a cultura penitenciária para os jovens.

Com estas transferências, Alckmin inclusive desacata a lei e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que no artigo 185 diz que a internação "não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional" e no artigo 123 prevê que a internação ocorra em "entidade exclusiva para adolescentes".

Alckmin, cotado pelos tucanos para disputar a sucessão presidencial, nega a crise e acha que o sistema prisional de São Paulo é exemplo no País, pois tem "patamar dos índices europeus" com 0,13% de fugas. Anunciou um pacote de alterações da Febem, com um custo estimado de R\$ 53 milhões, na qual o principal item é a construção de mais 41 unidades

no interior do estado e o pagamento de subsídios para os adolescentes na "vultosa" quantia de R\$ 60 por mês. É uma tentativa desesperada de pagar aos internos para que não se rebelem. Finalmente, para dar novos ares e evitar a "carga negativa" que a sigla carrega, o governador pretende mudar o nome da instituição.

RELATÓRIO DENUNCIA ABUSOS NO HAITI

TROPAS enviadas por Lula cometem crimes em nome da "paz"

YARA FERNANDES, da redação

A ONG Centro de Justiça Global e a Escola de Direito da Universidade de Harvard (EUA) lançam oficialmente, no dia 23 de março, um relatório que acusa a Missão de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah), coordenada pelo Brasil, de permitir a ocorrência de abusos, de favorecer a impunidade e de contribuir para a onda de violência no país. Mais que isso, o relatório contém documentos que comprovam abusos cometidos pelas próprias tropas da ONU, que atuam em nome da "paz".

A Minustah mantém um total de 5.500 homens no Haiti, dos quais 1.200 são brasileiros. A ocupação teve início em junho de 2004 e estava prevista para durar até junho de 2005, mas deverá ser prorrogada.

O relatório "Mantendo a paz no Haiti?" mostra exemplos de que a missão no Haiti dá cobertura às atitudes da polícia da capital, Porto Príncipe, que comete abusos e desempenha uma campanha de terror nas favelas da cidade. Pior que encobrir ações da polícia do país, porém, segundo o relatório, as tropas de ocupação também protagonizam violações de direitos humanos.

Entre os casos, está o de Esterlin Marie, cujo filho de dois anos, Herlens Henri, morreu vítima de uma bala perdida proveniente das armas das tropas brasileiras, num tiroteio na favela de Cité Soleil, em dezembro de 2004. Como se não bastasse a morte da criança com um tiro na cabeça, logo após o incidente, os soldados recolheram as balas e os indícios de tiroteio no local e o corpo do menino desapareceu do necrotério. Em entrevista coletada para o relatório, o general brasileiro Augusto Heleno Pereira, que comanda a ocupação, atribuiu a morte da criança a gangues da favela.

Moradores de Martissant, outro bairro pobre da capital haitiana, acusam as tropas brasileiras de outra morte violenta, durante operação de apoio à polícia de Porto Príncipe. Carlo Pierre, de 26 anos,



Soldados da ONU patrulham bairros pobres da capital haitiana

foi assassinado porque participava de uma manifestação pelo retorno do ex-presidente Aristide em outubro de 2004.

APOIO PARA QUE A POLÍCIA "OPERE"

O número de mortes e abusos cometidos pelas tropas da missão da ONU só é superado quando comparado às violações cometidas pela Polícia Nacional Haitiana. Segundo Anne Susin, monitora de direitos humanos do Instituto pela Justiça e Democracia no Haiti, as tropas da ONU "estão apoiando a Polícia Nacional. Por exemplo, em meados de outubro, a polícia iniciou uma operação em Bel-Air. As forças de

paz permitiram uma porção de abusos. Tivemos notícias de estupro e detenções e alguns presos desapareceram".

O número de prisões sem mandados e condenações também é alarmante. Na Penitenciária Nacional, de um total de 1.015 presos, apenas 21 foram condenados pela Justiça, ou seja, 98% dos presos são mantidos sem nenhum julgamento ou ordem judicial.

Segundo o relatório, a polícia haitiana também tem a prática de retirar pacientes civis de hospitais, assassiná-los e jogar seus corpos em valas comuns. Por conta disso, muitos feridos à bala passaram a recusar tratamento.



Tanques vigiam favela, em ação que o Exército chama de "limpeza"

FOTOS DIVULGAÇÃO / EXÉRCITO

O general Heleno deixou claro que a posição do comando militar no Haiti tem o objetivo de respaldar as ações da polícia haitiana. "Nós oferecemos à polícia a proteção que ela não tinha. Damos espaço para que opere. Sim, nós fazemos isso", afirmou o general.

DOIS SOLDADOS MORREM EM TIROTEIO

Além dos abusos denunciados pelo relatório do Centro de Justiça Global, outro fato desmistifica a ideia de pacificação do Haiti. No dia 20, dois soldados da ONU, um do Sri Lanka e outro do Nepal, foram mortos em tiroteios.

O conflito ocorreu com os ex-soldados do antigo exército do Haiti, que foi desativado, mas ainda controla várias delegacias do país. Os ex-soldados faziam parte do grupo de rebeldes que liderou a revolta que derrubou Aristide, há um ano. Os soldados da ONU foram mortos em conflitos diferentes, nos quais a missão tentava tomar o controle das delegacias.

PERDENDO FÃS

Os haitianos sempre demonstraram um carinho pelo Brasil, principalmente pelo futebol brasileiro. Esse sentimento foi usado sordidamente pelo imperialismo, que se aproveitou da admiração para ocupar o país, contando, para isso, com a subserviência do governo Lula.

Entretanto, diante das ações e cumplicidades das tropas que coordenam a missão da ONU no Haiti, a população começa a encarar as tropas brasileiras de maneira menos amigável. Além de ações individuais de civis recebendo soldados brasileiros com paus e pedras, já começam a surgir as primeiras manifestações de revolta coletiva.

Parte do comércio de Porto Príncipe fechou no dia 19, em uma greve contra a violência na capital. Segundo Robert-Jean Argant, vice-presidente da Câmara de Comércio, entidade que convocou o protesto, 300 estabelecimentos aderiram. Para muitos haitianos, começa a ficar claro que a única coisa que as tropas da ONU não trarão ao Haiti é paz.

A farsa da intervenção no Rio

MÁRCIA ADRIANA, do Rio de Janeiro (RJ)

Os governos municipal e estadual do Rio de Janeiro e o Ministério da Saúde estão fazendo um patético jogo de empurra-empurra sobre a falência do sistema de saúde carioca. Todas as três esferas, porém, são culpadas. A começar pelo governo Lula, que, além de sequer fiscalizar as míseras verbas que destina para o setor, agora, fazendo jogo de cena para as eleições de 2006, está promovendo uma intervenção em cooperação com o governo de Rosinha e Garotinho, que, de co-responsáveis pela crise, passam a posar como exemplos de bons administradores, o que é um absurdo.

Além disso, apesar do alarde, a intervenção é totalmente limitada. Ela contempla apenas seis unidades, mas a falta de medicamentos, equipamentos e de pessoal, e a superlotação dos hospitais é generalizada e só tem aumentado desde a municipalização do sistema, com a implementação do SUS.

Absurdo maior, contudo, é localizar a crise somente no Rio. A caótica situação carioca repete-se de norte a sul do país, e até os medicamentos de combate à Aids sumiram dos hospitais. E mais: a falta de seriedade do governo Lula fica cada vez mais evidente. O Ministro Humberto Costa só decidiu fazer algo quando seu cargo foi para a berlinda e, mesmo assim, Lula transformou seu ministério em moeda de troca na negociação dos cargos. Um exemplo de que qualidade e combate à corrupção são critérios que não têm relação com as ações do governo.

ESTATIZAR O SISTEMA, JÁ!

Enquanto isso, quem perde é a população pobre. Exemplar disso foram as cenas dos aviões da FAB descendo para reabrir as emergências que se encontravam fechadas, usando para tal materiais de outras Unidades.

O único caminho é organizar os trabalhadores para lutar por um sistema de saúde realmente digno. Algo que só será possível com a total estatização do sistema, sob o controle dos trabalhadores e usuários. Uma luta que passa por uma ampla auditoria, também controlada pelos trabalhadores e usuários, das verbas do SUS; o fim das perseguições e ataques aos trabalhadores do sistema; a destinação de mais verbas para o setor (utilizando o dinheiro que é investido no mercado financeiro, bancário e latifundiário); e a formação de conselhos de gestores independentes e autônomos, com participação dos trabalhadores e usuários.

NO ANIVERSÁRIO DA DEMOCRACIA BURGUESA, OS RICOS BATEM PALMAS

NA PASSAGEM DOS VINTE ANOS de democracia no país, vamos fazer o contrário do oba-oba generalizado que existe hoje na grande imprensa. Queremos avaliar criticamente o regime que aí está, sua força e utilidade para as classes dominantes, assim como sua crise

EDUARDO ALMEIDA, da redação

Não é correto falar em “democracia” sem agregar uma definição de classe. Na verdade, esta é uma democracia burguesa ou, como chamamos popularmente, democracia dos ricos, que é um regime, uma forma do Estado burguês. Para ser mais preciso, é uma ditadura das grandes empresas, com uma forma “democrática”.

Essa forma tem enorme importância, porque as eleições dão a idéia que é o povo que decide quem vai governar, e dessa maneira se canaliza as insatisfações das massas. Quando se diz: “Este governo é ruim”, tal conclusão poderia levar os trabalhadores a pensar: “Bom, então devemos derrubá-lo com nossas lutas, e colocar outro no lugar”. Na democracia burguesa, contudo, o raciocínio é diferente: “Vamos eleger outro”.

As eleições, peça-chave nessa ideologia, são completamente controladas pelas grandes empresas, transformando essa democracia em pura formalidade.

Em primeiro lugar, as grandes empresas têm um enorme poder político e ideológico. Controlam as emissoras de TV e jornais, tendo um monopólio sobre a informação no país. Vários resultados já foram fabricados pela Rede Globo, como a eleição de Collor.

Os grandes partidos burgueses têm condições de fazer campanhas caríssimas, atingindo a um número de eleitores que os outros não podem. Também existe a compra direta dos votos, ainda muito vigente no Brasil.

Em segundo lugar, a burguesia atrai para o regime as lideranças e os partidos reformistas dos trabalhadores. O PT é o maior exemplo de como se pode transformar um partido operário em sustentáculo do regime.

A UTILIDADE DA DEMOCRACIA PARA A BURGUESIA

A democracia burguesa tem uma grande capacidade para absorver crises. Um governo impopular pode ser substituído por outro, que

gera novas esperanças.

Assim foram implementados os planos neoliberais em toda a América Latina pela democracia burguesa. Quando um governo se desgastava, a massa votava em um partido de oposição que prometia mudar tudo. Quando esse partido, porém, chegava ao governo, continuava aplicando o mesmo plano.

O exemplo brasileiro é bem



FOI DURANTE o regime democrático-burguês que os planos neoliberais foram implementados na América Latina

significativo do que dizemos sobre a democracia burguesa como uma ditadura do capital. As massas, ao votarem em Lula, queriam mudanças e uma ruptura com o plano neoliberal de FHC. Lula, ao ser eleito, manteve a mesma política. Não existe nenhuma democracia para os trabalhadores e para o povo: os grandes empresários (uma pequena minoria da população) decidiram que o plano econômico deveria continuar. Esta ditadura tem cada vez mais um caráter colonial, a serviço do imperialismo, seguindo as orientações precisas do FMI.

Podemos ver outro exemplo desta ditadura no episódio da elevação dos salários dos deputados. O aumento de R\$ 12 para R\$ 21 mil foi impossível de ser votado, pelo enorme repúdio provocado. A mesa da Câmara, então, aumentou (sem votação em plenário) a verba de gabinete dos deputados em um valor praticamente idêntico ao que queriam originalmente.

O REGIME SERVE PARA EVITAR OU CANALIZAR CRISES REVOLUCIONÁRIAS

Além de garantir os planos econômicos da burguesia, a democracia dos ricos serve também para absorver as crises revolucionárias que surgirem, como recentemente na Argentina, Equador e Bolívia. Os partidos reformistas cumprem, nesses casos, um papel determinante, quando as instituições do regime já estão bastante desgastadas.

Ao deixar de lado as lutas diretas e acreditar nas eleições, os trabalhadores perdem oportunidades históricas que poderiam levar a revoluções socialistas. Os resultados são catastróficos. Depois de grandes mobilizações, mais uma vez, os governos seguiram com o neoliberalismo, e a vida dos trabalhadores não mudou.

A CRISE DA DEMOCRACIA DOS RICOS

A democracia burguesa, depois de tudo isso, está também se desgastando e entrando em crise. No Brasil, isso se reflete no desgaste dos partidos e dos “políticos”.

A imagem dos parlamentares para o povo é muito semelhante à de Severino Cavalcanti: corrupto, oportunista e ignorante.

Mais grave para a democracia é o desgaste do PT. Durante vinte anos, os trabalhadores e os jovens deste país foram travados em suas lutas, com a esperança de que Lula fosse eleito e resolvesse os problemas como emprego, salário e reforma agrária.

As massas seguem votando, por não verem alternativa à democracia burguesa. Não existe um ascenso revolucionário de massas, que permita apontar por um caminho distinto.

Podemos ver outro exemplo desta ditadura no episódio da elevação dos salários dos deputados. O aumento de R\$ 12 para R\$ 21 mil foi impossível de ser votado, pelo enorme repúdio provocado. A mesa da Câmara, então, aumentou (sem votação em plenário) a verba de gabinete dos deputados em um valor praticamente idêntico ao que queriam originalmente.

A democracia dos ricos está vivendo uma crise, assim como todos os partidos identificados com este regime.



CAMPANHA PELAS DIRETAS JÁ PÔE FIM AO REGIME MILITAR

JEFFERSON CHOMA, da redação

A ditadura começou a ruir no fim da década de 1970. O término do dito “milagre econômico” dos anos anteriores precipitou grandes mobilizações populares, como as greves operárias no ABC paulista e a retomada das lutas estudantis, que causaram um profundo desgaste no regime militar.

Nessa época, os dirigentes sindicais “pelegos” – sindicalistas impostos pela ditadura – começaram a serem varridos dos sindicatos. No marco da luta contra o regime militar, nasce o PT, em 1980, e a CUT, em 1983.

A GOTA D'ÁGUA

A ditadura enfraquecida inicia, com o general Ernesto Geisel, uma “abertura controlada”, uma auto-reforma do regime com tímidas aberturas. Seu sucessor, o general João Batista Figueiredo, tentou em vão levar adiante o plano de abertura gradual.

No início de 1984, irrompem nas ruas de várias cidades do país um poderoso movimento de massas com a Campanha das Diretas Já. No dia 10 de

abril de 1984, um milhão de pessoas tomou a Candelária, no Rio de Janeiro. Uma semana depois, foi a vez de São Paulo, com mais de um milhão e meio na Praça da Sé. O plano de abertura controlada esfacelou-se. A força das multidões nas ruas abre a crise terminal do regime militar.



DEBANDADA

A campanha pelas Diretas foi mais do que uma simples exigência ao Congresso pela aprovação de uma emenda que restabelecesse as eleições diretas. As manifestações, as maiores da história política do país até aquele momento, derubaram a ditadura.

Já existiam setores do empresariado insatisfeitos

com o desgaste do regime militar, e a força das ruas ampliou a divisão na burguesia e dos seus partidos. Percebia-se claramente a completa impotência da ditadura. Antigos aliados, como José Sarney, abandonaram os generais, formando a Frente Liberal que se uniu ao bloco oposicionista.

A rejeição da emenda das diretas no Congresso, que poderia ser interpretado formalmente como uma vitória dos militares, acabou expressando a sua derrota. A votação pôs a nu a divisão dos partidos que sustentava a ditadura. A rejeição só foi obtida devido aos mecanismos autoritários imposto ao Congresso, pois exigia a aprovação por dois terços dos parlamentares. A ampla maioria dos deputados, no entanto, votou pelas diretas, com 298 a favor e apenas 65 contra, faltando 22 votos para a aprovação.

PACTO PARA AFASTAR AS MASSAS

O centro político de decisões deslocou-se então das casernas para o Congresso. Com o regime militar liquidado, as elites passam a nego-

ciar um novo pacto de poder para o país. Em 1985, tratam de costurar um acordo em torno da Aliança Democrática, que reunia o PMDB, setores do PDS e a Frente Liberal (atual PFL), que aglutinava dissidentes da base parlamentar da ditadura. Havia setores do empresariado e do próprio exército convencidos da transição, mas todos buscavam afastar qualquer participação popular que poderia pôr em risco seus interesses. Dessa maneira, surgiu a proposta do Colégio Eleitoral, com o Congresso escolhendo o novo presidente civil. O que antes era decidido nos quartéis foi passado ao parlamento. A ditadura estava no fim, mesmo sem diretas. Paulo Maluf, candidato da ditadura, foi derrotado fragorosamente pela chapa de Tancredo Neves (um dos principais artífices das negociações) e José Sarney.

Ao contrário do que defende boa parte da esquerda (como recente e vergonhoso artigo de Aldo Rebelo na *Folha*, de elogios a Sarney), a burguesia negociou no Congresso uma vitória que tinha sido conquistada nas ruas pelas massas.

PT: do boicote à adaptação

JEFFERSON CHOMA, da redação

O PT nasceu como expressão das mobilizações das décadas de 1970 e 1980, reunindo boa parte da vanguarda daquele momento: ativistas das greves metalúrgicas, de professores, bancários, funcionários públicos e sem-terras.

Nas Diretas Já, o PT teve um papel destacado. Suas bandeiras vermelhas cobriam grande parte das mobilizações. Em 1985, denunciou a farsa das eleições indiretas no Colégio Eleitoral, negando-se a participar do pacto de transição formado pelas elites. Suportou a pressão e as críticas que o chamavam de “sectário” e expulsou os três parlamentares que haviam rompido com a disciplina partidária, indo votar em Tancredo.

Anos mais tarde, contudo, terminaria por sucumbir às pressões da democracia e do Estado burguês. O PT foi colhendo vitórias e transformando-se em um mero aparato eleitoral. Os ativistas foram substituídos por deputados, vereadores, prefeitos, governadores e uma legião de assessores, que se preocupavam exclusivamente em como ganhar as próximas eleições e manter seus altos salários.

As campanhas eleitorais passaram a ser financiadas por empresários e banqueiros, que, por sua vez, cobravam a fatura logo depois que os can-



Lula, em Encontro Nacional do PT, em 1981

didatos do PT eram eleitos. Daí para os escândalos de corrupção envolvendo governos petistas, foi um pulo.

20 ANOS DEPOIS: JUNTO COM OS REPRESENTANTES DO VELHO PDS

Hoje o governo revela com toda a clareza a mudança que já vinha ocorrendo antes no PT.



ACM parabeniza Severino

Convertido ao neoliberalismo, comanda o país com a maior taxa de juros do mundo, reprime as mobilizações dos trabalhadores, envia tropas ao Haiti a serviço de Bush.

O PT chega a ter vergonha de seu passado pelo boicote ao Colégio Eleitoral, convidando até mesmo os três parlamentares expulsos na época a regressarem ao partido.

No Congresso, seus aliados são os antigos caciques do PDS, como Antonio Carlos Magalhães e José Sarney.

Agora vai incluir na sua reforma ministerial o velho PDS. Os futuros ministros Romero Jucá e Roseana Sarney têm sua origem política vinculada ao partido da ditadura. Já Ciro Nogueira, indicado por Severino Cavalcanti, é do PP, de Paulo Maluf, sucessor direto do PDS.

A necessidade de um outro Estado e regime

Muitas vezes, as pessoas perguntam aos militantes do PSTU se nós não faríamos a mesma coisa que o PT se “chegássemos lá”, ou seja, se fôssemos eleitos. A nossa resposta é que não temos como objetivo mudar o país pelas eleições. Esta democracia burguesa não pode ser mudada “por dentro”. O que nós propomos é uma revolução que acabe com o poder econômico da grande burguesia, ao expropriar as grandes empresas. Esta revolução deve terminar também com esta democracia dos

ricos, para criar outra democracia, a dos trabalhadores.

A democracia dos ricos é uma ditadura da minoria burguesa sobre a maioria dos trabalhadores. Uma democracia dos trabalhadores seria uma ditadura sobre a minoria capitalista e a ampla democracia para a maioria trabalhadora.

Este novo Estado possibilitaria que os trabalhadores elegeassem seus representantes em seus organismos de luta (como os atuais sindicatos ou comitês de greve) com mandatos revogáveis a qualquer momento, ao contrário

dos deputados atuais, cujos mandatos não podem ser revogados por sua base.

Os salários dos funcionários do Estado seriam os mesmos de um operário, acabando com os privilégios dos atuais deputados.

Os trabalhadores poderiam assumir as decisões sobre os grandes temas nacionais, mediante discussões em seus organismos. Isto é completamente diferente da democracia dos ricos, em que as decisões são tomadas no Congresso ou no governo federal, muito distante das massas.

CHAPAS DESAFIAM SINDICALISMO GOVERNISTA

ABC PAULISTA

LUTA CONTRA AS PARCERIAS COM PATRÕES E GOVERNO

EMMANUEL OLIVEIRA, de São Bernardo do Campo (SP)

Nos dias 12 e 13 de abril, serão realizadas eleições para diretores de base do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em 80 empresas. Em duas delas, Volkswagen e Kostal, haverá chapas de oposição à atual diretoria.

Na Volks, onde há mais de 9 mil sindicalizados, a oposição tem tradição e dirige setores da produção, tendo eleito dez representantes para a atual comissão de fábrica. Lá, a chapa é composta por membros da Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas, de setores da esquerda da CUT e de outras correntes.

A chapa da oposição concorrerá com a de Luiz Marinho, atual presidente da CUT. Na última eleição para a comissão de fábrica, o afastamento e as traições do sindicato cobraram seu preço: a chapa apoiada por Marinho teve menos de 20% dos votos



Integrantes da chapa de oposição no ABC

em seu setor, o da pintura.

Na Kostal, com 900 trabalhadores e cerca de 500 sócios, a oposição irá se enfrentar com a chapa defendida pela diretoria do sindicato, que na eleição passada não conseguiu os 33% necessários para ter representantes no comitê sindical de empresa.

Em ambos os casos, o principal embate refere-se à política de "parceria" entre o sindicato, os patrões e o governo, que tem resultado em desastrosos acordos, como

banco de horas e dias, terceirizações, redução da jornada com redução de 15% nos salários e contratações com salários rebaixados.

São ataques e traições que se intensificaram com o governo Lula. Há cinco anos, por exemplo, o sindicato conseguiu, na Justiça, que os trabalhadores não pagassem a CPMF. Agora, com o ex-metalúrgico e dirigente sindical do ABC no poder, o sindicato fez um novo acordo para que o pagamento voltasse a ser

feito, mediante um parcelamento em 180 vezes, com uma parcela mínima de R\$ 50.

Na Kostal, o último ataque veio na forma de um acordo para o estabelecimento de um quarto turno, ou turno 6X2, sem passar por assembleia dos trabalhadores.

POR UM SINDICATO INDEPENDENTE E DE LUTA

Por essas e outras, o programa das chapas de oposição na Volks e na Kostal defende a independência da entidade ante o governo e os patrões e rechaça a flexibilização de jornada e salários e todo e qualquer tipo de acordo que corte direitos ou favoreça os patrões.

Nesta luta para que o sindicato não se transforme numa subsele do governo federal, as chapas de oposição colocam-se na linha de frente do combate contra a reforma Sindical e Trabalhista, que irão significar um ataque ainda mais violento contra a democracia sindical e os direitos ainda existentes.

A importância desta disputa no ABC é ressaltada por Sinval M. dos Santos, o Sassá (representante mais antigo da comissão de fábrica da Volks e membro da chapa de oposição): "A oposição quer resgatar o sindicato classista de luta, independente do governo e dos patrões, para barrar 'parcerias' que só têm prejudicado os trabalhadores. Por isso, somos contra as reformas e, também, contra o atrelamento de nosso sindicato ao governo. Os trabalhadores, aqui na base do ABC, estão desconfiados porque sempre foram contra os projetos neoliberais dos governos anteriores. Há uma raiva particular em relação a como a atual diretoria faz as negociações: não debatem nada com o trabalhador e depois fazem uma assembleia para aprovar as propostas que só ajudam a empresa. É pra mudar tudo isso que a Chapa 2 está apresentando seus candidatos e se propondo a construir uma nova alternativa de direção".

CONTAGEM (MG)

OPOSIÇÃO ORGANIZA AS LUTAS DURANTE A CAMPANHA

A eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Contagem (MG) ocorrerá entre 26 e 29 de abril. De um lado, estará a chapa capitaneada pela CUT e formada com o objetivo de transformar o sindicato em uma ferramenta do governo Lula e de suas políticas. Ela é composta pelas correntes petistas *Articulação Sindical* e *Democracia Socialista* e a *Corrente Sindical Classista* (PCdoB), além de ex-integrantes do *Movimento por uma Têndência Socialista* (MTS).

Do outro, estará a Oposição Metalúrgica, ligada à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e composta por metalúrgicos do PSTU ou in-

dependentes, que querem construir um sindicato de luta, independente dos patrões e do governo.

As diferenças entre as chapas ficam evidentes nas posturas adotadas pela maioria da atual direção do sindicato, apoiada pela chapa cutista. Quando FHC era presidente, o sindicato criticava os planos neoliberais e buscava mobilizar a categoria para defender seus direitos. Hoje, com Lula no poder, o sindicato vive na sombra do governo, está atrelado às políticas pelegas da Central governista e não mobiliza mais a categoria.

O resultado não poderia ser outro: há um enorme descré-

dito na categoria. Apesar de ter mais de 50 mil metalúrgicos na base, somente 4.662 são associados ao sindicato.

CONSTRUINDO A LUTA NA BASE

Exemplo da postura pelega do sindicato e de sua chapa é o debate sobre a reforma Sindical e Trabalhista. A chapa da CUT afirma que "a reforma é boa, ainda que sejam necessárias algumas mudanças para melhorá-la". A posição do PCdoB nesta história tem sido particularmente "interessante". Nos materiais, a chapa defende a reforma juntamente com o PT, mas, nas ruas, divulgou uma carta à catego-

ria denunciando a posição de seus aliados da *Articulação* como sendo "podre".

Uma manobra que evidencia que, para não perder a "boquinha" do aparato sindical, essa gente é capaz de qualquer tipo de acordo.

Já a *Oposição Metalúrgica*, há dois meses, tem percorrido todas as fábricas para explicar o significado da reforma e como ela atacará os direitos dos trabalhadores para satisfazer os interesses do FMI e dos patrões.

Essa preocupação em discutir com os trabalhadores e organizá-los para a luta também orientou a formação da *Chapa 2*. Em dezembro, a

Oposição começou a procurar os ativistas com o objetivo de formar uma chapa que pudesse renovar a maioria da diretoria. A definição final da chapa se dará em uma convenção aberta a toda categoria, no dia 28 de março, mas a expectativa é que ela seja composta por mais de 30 novos ativistas, que surgiram dos debates, além de alguns membros da atual diretoria.

A chapa da CUT, ao contrário, a exemplo do que ocorre no ministério de Lula, está sendo loteada entre as correntes da CUT, em uma briga de foice que já dura dois meses e deve ter 80% dos diretores vindos da velha diretoria.

O que está em disputa no ABC e em Contagem?

Há pouco mais de 20 anos, o papel dos sindicatos foi fundamental na derrubada da ditadura (veja páginas centrais). Naquele momento, varrer os pelegos da estrutura sindical foi

determinante para organizar a luta dos trabalhadores por seus direitos e contra a ditadura vigente. Hoje, guardadas as diferenças históricas, os trabalhadores estão diante de uma situação semelhante.

As eleições dos metalúrgicos no ABC e em Contagem são exemplos da disputa contra a existência de sindicatos atrelados ao governo e aos patrões e da luta pela construção de novos instrumentos, contro-

lados pela base, que possam servir para organizar os trabalhadores. Um processo e um objetivo que são a própria razão de existência da Coordenação Nacional de Lutas, a Conlutas.

SEDE DO PSTU É INVADIDA

Na madrugada do sábado, 19 de março, a sede do PSTU em São Bernardo do Campo (SP) foi invadida e depredada, e nada foi roubado (veja fotos no site). O PSTU não só repudia esse ataque, que cheira à tentativa de intimidação, como exige apuração e punição de quem quer que esteja envolvido.

SERVIDORES PÚBLICOS LANÇAM CAMPANHA SALARIAL

YARA FERNANDES, da redação

Servidores públicos federais de todo o país estiveram em Brasília no dia 15 de março para o lançamento nacional da campanha salarial de 2005. Os servidores realizaram uma plenária na manhã de 15 de março, na Esplanada dos Ministérios. O evento contou com a presença de 277 delegados e 52 observadores e definiu os próximos passos da mobilização da categoria. O governo anunciou no começo do ano um "reajuste" de 0,1%, uma medida formal para cumprir a exigência da Justiça de reajuste anual nos salários dos servidores.

"CONTRA O ARROCHO SALARIAL, O SERVIDOR VAI FAZER GREVE GERAL"

Para superar os ataques do governo, os servidores aprovaram na plenária um plano de lutas. Foram aprovados que os dias 13 e 14 de abril serão dias nacionais de luta. O calendário inclui a realização de plenárias setoriais no dia 17 de abril e, para o dia seguinte, uma nova plenária dos servidores públicos federais. Foi aprovado ainda um indicativo de greve para maio e que um dos principais eixos desta campanha salarial é a luta contra a reforma Sindical e Trabalhista.

Logo após a plenária, os servidores saíram em passeata, contornando a Esplanada dos Ministérios. O protesto contou ainda com a presença de dirigentes sindicais de várias categorias. "Tem um adesivo circulando por aí dizendo que Lula é um mau patrão. Nós do setor privado sabemos, e vocês também devem saber, que não existe bom patrão, todos vivem da exploração. Mas, mesmo pra um patrão, é muita cara-de-pau oferecer 0,1% de aumento. Isso é um desrespeito", discursou Zé Maria, da Coordenação da Conlutas.

O ato terminou em frente ao Ministério do Planejamento, onde uma comissão entregou a pauta de reivindicações. Do lado de fora, os servidores cantavam: "se você pensa que isso é aumento, isso não é aumento não, aumento vai pra deputado e o servidor fica na mão".

LIMITAÇÕES QUE PODEM DERROTAR CAMPANHA

Apesar de ter tirado um calendário de lutas, a plenária deixou uma boa parte dos servidores insatisfeita. Sob o argumento da "unidade", as direções governistas conseguiram impedir que fosse aprovado um índice emergencial de reajuste. Os setores ligados ao P-SOL e a esquerda da CUT – que têm influência em várias entidades – corroboraram com essa política. Pela primeira vez na história de lutas do funcionalismo federal, uma campanha salarial é lançada sem um índice de recomposição salarial linear.

É verdade que as plenárias das entidades oscilaram entre o índice de 18% (perdas acu-

"SE VOCÊ PENSA que isso é aumento, isso não é aumento não, aumento vai pra deputado e o servidor"



Protesto contra 0,1% de Lula



FOTOS LEONOR COSTA / ANDES

Servidores fazem passeata em Brasília no dia 15

muladas nos dois anos de governo Lula) e 61,75% (acumulado entre 1998 e 2004), como reposição emergencial. Todavia, também é verdade que, em todas as resoluções setoriais, a indicação de um ou de outro índice estava subordinado à unidade, só não estava escrito que não se teria índice nenhum!

A não definição de um índice de reajuste linear favorece o governo e sua política de fracionamento das categorias. Além do mais, ao não se definir um índice emergencial unificado, cada categoria poderá abrir negociações paralelas e não haverá força para uma campanha unificada do funcionalismo público federal.

Na campanha salarial de 2004, a divisão da categoria imposta pelas direções governistas significou uma negociação rebaixada que só resultou em míseras gratificações e rifou os aposentados e pensionistas. Jogar a unidade na lata do lixo novamente em 2005 poderá significar uma nova derrota.

Por conta da ausência de um índice emergencial, o pró-

prio lançamento da campanha acabou sendo um ato formal e a reunião com o ministério do Planejamento, que poderia já dar início às negociações, foi somente a entrega de uma carta em nome da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), com as reivindicações gerais da categoria.

Infelizmente os problemas não ficaram por aí, a resolução sobre mobilização apenas apontou apoio ao calendário aprovado na FENASPS, quando o correto seria incorporá-lo como do conjunto do funcionalismo. Não havendo centralidade nas ações, cada um faz o que quer e a unidade fica comprometida. As direções governistas aplaudem e Lula agradece.

Até a próxima plenária em abril, é preciso reverter esse processo, discutir nas bases um índice emergencial e alavancar a campanha unificada sobre bases concretas. É preciso também construir um calendário de lutas que aponte uma greve do funcionalismo, ainda que para isso seja preciso passar por cima do governismo das direções.

O QUE FOI APROVADO NA PLENÁRIA

ENCAMINHAMENTOS

- Rejeição do reajuste de 0,1%
- Definição de uma política salarial com correção das distorções e reposição das perdas salariais de janeiro/95 a abril/2005.
- Diretrizes de Plano de Carreira.

- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Piso salarial do DIEESE.
- Concurso público.
- Reconstrução do serviço público.
- Contra a reforma Sindical.

CALENDRÁRIO

- Maio:** Todo apoio aos indicativos de greve propostos pela CONDSEF e pela FENASPS.
- 13 e 14 de abril:** Todo apoio à paralisação convocada pela FENASPS.
- 16 de abril:** Plenárias setoriais.
- 17 de abril:** Plenária dos SPFs.

LUTAS CONTRA AUMENTO E PELO PASSE-LIVRE

VEJA ABAIXO

como estão se desenvolvendo as lutas contra o aumento da passagem e pelo passe-livre

PORTO ALEGRE (RS)

Após semanas de mobilizações contra o aumento da passagem de ônibus, o prefeito homologou o reajuste. O novo valor – R\$ 1,75, seis centavos a menos do que na proposta original – passou a valer no último dia 13.

O movimento, organizado no Comitê de Luta contra o Aumento da Passagem, não se calou e promoveu vários protestos, exigindo a revogação da medida e o direito ao passe-livre. Ruas e corredores de ônibus da cidade foram interditados e, em vários pontos, pneus foram incendiados. É claro que não poderia faltar a repressão. Numa das manifestações, três estudantes foram presos pela polícia. Em todo o período das manifestações, a Conlute relacionou o aumento como parte de uma política já aplicada no governo petista. Isso se expressou na palavra de ordem "É o Fogaça, foi o PT, outro aumento eu não aguento".

VOLTA REDONDA (RJ)

No último dia 17, os estudantes secundaristas rebelaram-se contra a prefeitura após ser anunciado o segundo aumento das passagens após a posse do prefeito Gotardo Netto (PMDB).

Com muita criatividade e revolta, mais de 300 estudantes lotaram a praça da prefeitura e pressionaram a administração a receber uma comissão de estudantes. Logo após a passeata, foi criada uma comissão de luta pelo passe-livre que objetiva estender o movimento para todos os trabalhadores. A próxima passeata está marcada para o dia 21, e a meta é triplicar o número de estudantes na passeata.

BELÉM (PA)

No dia 21, os estudantes secundaristas fizeram uma plenária para iniciar uma campanha contra o aumento da passagem de ônibus e pelo passe-livre. O aumento da passagem está previsto para abril.

CONFIRA NOVAS INFORMAÇÕES NO SITE DO PSTU

A GÊNESE DA MOEDA

SÉRIE MARX POR MARX



POR JOSÉ MARTINS,
especial ao **Opinião Socialista**

Os economistas (incluindo grande parte dos marxistas) costumam desclassificar a análise de Marx do valor, com o falso argumento de que ela não passa de um exemplo abstrato, que não tem valor histórico etc. Ao contrário, essa análise da circulação simples, da mercadoria e das formas do valor – presente como elemento fundamental em todos os principais economistas clássicos, como Petty, Jones, Quesnais, Smith, Ricardo – é imprescindível para a compreensão da realidade das formas pré-capitalistas, da gênese da moeda, dos preços e, finalmente, da passagem à forma capital: “As definições mais abstratas, se as submetemos a um exame mais preciso, revelam sempre uma base determinada, concreta, histórica”. (Carta de Marx para Engels, abril de 1858)

Cada uma dessas formas sucessivas de valor carrega em si o germen da própria superação para um estágio superior. A partir do momento em que se dissolve a relação primitiva, na qual a espécie humana só produzia para o bem-estar da tribo (produção centrada no valor de uso), o processo conduz obrigatoriamente, do ponto de vista histórico, ao valor autonomizado, ao capital: “a forma simples do valor, forma embrionária que atravessa uma série de metamorfoses para chegar à forma preço”. (O Capital, livro I, seção 1)

FORMA-VALOR SIMPLES OU VIRTUAL

Nesta primeira forma, a produção do valor é apenas esporádica e incerta. Ela diz respeito apenas ao excedente da produção da comunidade que não tem utilização imediata e encontra-se então disponível para a troca, a circulação, tornando-se portanto mercadoria. A

comunidade ou a tribo trava então uma relação de troca de mercadorias com as tribos vizinhas. É o estágio do escambo, ainda sem o dinheiro e a moeda. Esse escambo só se efetua de comunidade a comunidade, o que quer dizer que ele não possui ainda um efeito dissolvente sobre a organização interna dessas comunidades: “Na origem o processo de troca das mercadorias não aparece dentro das comunidades primitivas, mas lá onde elas terminam, nas suas fronteiras, nos raros pontos em que elas entram em contato com outras comunidades. É lá que começa o escambo e é de lá que ele repercute ao interior da comunidade, sobre a qual ele exerce então sua ação dissolvente. Os valores de uso específicos – que no escambo entre diferentes comunidades tornam-se mercadorias, como os escravos, o gado, os metais – também constituem na maioria das vezes a primeira moeda das próprias comunidades”. (Contribuição à Crítica da Economia Política)

Em resumo, nesta primeira forma do valor, existe apenas a troca direta de mercadoria com mercadoria, escambo, sem a presença da moeda.

1 cabra = 4 galinhas = 2 kg de sal.

A circulação ainda permanece virtual, a medida 4 galinhas por 2 kg de sal pode parecer absolutamente fortuita. A corrente de trocas interrompe-se naquela simples operação: “Realmente, a forma simples só serve para diferenciar o valor e o valor de uso de uma mercadoria e colocá-la em relação de troca com apenas uma espécie de qualquer outra mercadoria, ao invés de representar sua igualdade qualitativa e sua proporcionalidade quantitativa com todas as mercadorias” (...) “entretanto, a forma valor simples passa dela mesma a uma forma mais completa”. (O Capital)

FORMA-VALOR TOTAL OU DESENVOLVIDA

Nesta segunda forma, mais completa, ao contrário da forma simples, assiste-se ao desenvolvimento de uma corrente de trocas que permite ao valor de uma mesma mercadoria ser representado

em inúmeros outros exemplares: “A forma total do valor relativo coloca uma mercadoria em relação social com todas as demais. Ao mesmo tempo, a série interminável das suas expressões demonstra que o valor das mercadorias reveste indiferentemente quaisquer formas específicas de valores de uso”. (O Capital)

O valor da cabra pode relacionar-se a 2 kg de sal, mas também a um porco, ou a um paletó. Cada mercadoria se relaciona com todas as demais, isto é, seu valor de troca mantém-se sob as diferentes formas que ele pode se corporificar, ou seja, sob seus diferentes valores de uso. Vê-se como, pouco a pouco, o valor de troca vai se abstraindo do valor de uso e se tornando indiferente a ele, quer dizer, se autonomizando.

mente passivo de equivalente.

Doravante, na forma valor geral, todas as mercadorias encontram seu equivalente em apenas uma delas, sempre a mesma, naquela que vai fazer o papel de equivalente geral. Esta forma se exprime assim:

1 cabra =
4 galinhas = 2 kg de sal
1 paletó =

Então, “torna-se evidente que as mercadorias, que do ponto de vista do valor são coisas puramente sociais, também só podem exprimir aquela existência social por uma série envolvendo todas as suas relações recíprocas; que seu valor deve ser, conseqüentemente, uma forma socialmente validada”. (O Capital)

O sal então joga o papel de sanção social, que vai em seguida ser desempenhado pela moeda, que

Com a passagem à forma-valor geral, consome-se um salto qualitativo, pois se dissolve na totalidade social a antiga relação em que o valor de uso ainda predominava sobre o valor de troca. Daqui para a frente, o valor de troca de toda e qualquer mercadoria se encarnará indiferentemente em uma única e mesma mercadoria (no presente caso o sal). Anteriormente, o sal encarnava-se em todo e qualquer valor; doravante, todo e qualquer valor se encarna no sal. Ele não é mais um passivo equivalente qualquer, agora ele é um ativo equivalente geral.

Essa reviravolta, como se pode observar, não é puramente quantitativa. Ao contrário, ela encarna a mudança qualitativa que conduzirá imperceptivelmente à forma-dinheiro, como última forma do valor.

FORMA-VALOR MOEDA OU DINHEIRO

“A mercadoria especial, com a forma natural à qual o equivalente geral se identifica pouco a pouco na sociedade, torna-se mercadoria-moeda, ou, melhor dizendo, funciona como moeda. Sua função social específica e, conseqüentemente, seu monopólio social, é o de exercer o papel de equivalente universal no mundo das mercadorias”. (O Capital). Esta forma do valor se exprime assim:

1 cabra =
4 galinhas = 10 g de ouro
1 paletó =

Sobretudo por razões de comunidade, os metais preciosos e o ouro conquistaram o papel de representante da moeda. Mas o aparecimento do dinheiro e da moeda, como verificamos anteriormente, já estava contido em germen na relação mais simples do valor, em que as primeiras mercadorias se trocavam esporadicamente por outras, o que caracterizava também a primeira etapa da autonomização do valor.

Nos próximos números, estaremos verificando as etapas decisivas da autonomização do capital.

* Economista e editor do boletim Crítica Semanal da Economia, do 13 de Maio – Núcleo de Educação Popular.



FORMA-VALOR GERAL

As duas primeiras formas do valor apresentadas exprimem o valor de uma mercadoria qualquer em outra mercadoria diferente (forma simples) ou em uma série de muitas outras mercadorias (forma valor total). Isso ainda acontecia como um problema particular de cada mercadoria isolada exprimir o seu valor, e ela conseguia isso sem a interferência das outras mercadorias. Diante daquela mercadoria isolada, as demais mercadorias jogavam o papel pura-

Marx denomina a “forma oficial dos valores”. Aconteceu aqui uma coisa muito importante: a passagem sutil da primeira forma simples do valor à forma-valor geral. Na segunda forma-valor total, como vimos, ocorreu o início da indiferença do valor de troca em relação ao valor de uso. Agora, porém, de um só golpe, passa-se à aparição de uma mercadoria equivalente que, uma vez que ela joga o papel de sanção social, não tem mais valor de uso específico. Ou seja, seu valor de uso consiste precisamente em seu valor de troca.



ATOS LEVAM MILHARES ÀS RUAS DO MUNDO TODO

YARA FERNANDES*, da redação

Nos países que fazem parte da coalizão liderada por Bush, os atos contra a guerra dos dias 19 e 20 de março tiveram como principal exigência o retorno dos soldados para as suas casas. Muitas famílias de soldados estiveram à frente da organização dos atos. Nos EUA, principalmente em Nova York, a reivindicação mais ouvida foi "Troops Out Now" (Retirem as tropas agora). A concentração dos atos deu-se em regiões e cidades das quais muitos jovens foram enviados para a guerra, como a zona leste do Harlem, em Nova York, e a cidade de Fayetteville, na Carolina do Norte.

Os manifestantes também se mostraram contra o recrutamento de jovens afro-americanos e de outros grupos étnicos em centros escolares e cívicos. Também estiveram presentes e fizeram uso da palavra representantes de organizações árabes nos EUA.

BERLUSCONI NA PAREDE

Na Itália, milhares de pessoas tomaram as ruas de Roma para protestar contra a invasão no Iraque e exigir a retirada das tropas italianas.

Houve conflitos entre a polícia e os manifestantes, pois as forças de segurança impediram a passeata de se aproximar da sede do governo Berlusconi. Pressionado pela grande revolta popular provocada pela tentativa de assassinato da jornalista Giuliana Sgrena por soldados dos EUA, Berlusconi chegou a anunciar a retirada das tropas, entretanto, recuou e disse que vai mantê-las: "Eu disse ao presidente americano: George, nada mudou".

No Japão, mais de cinco mil foram às ruas de Tóquio para protestar contra a ocupação no Iraque, o envio de tropas japonesas e a visita da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, ao país.

"GEORGE BUSH, TIO SAM, O IRAQUE SERÁ O TEU VIETNÃ"

Em Londres, 100 mil pessoas marcharam contra a invasão, reivindicando do primeiro-ministro Tony Blair que retire os soldados britânicos do Iraque. Um caixão de papelão com o cartaz "100 mil mortos" foi colocado em frente ao prédio da embaixada dos EUA. A multidão gritava:

"George Bush, Tio Sam, O Iraque será o teu Vietnã".

Também ocorreram atos em outras capitais, como Atenas (Grécia), Sydney (Austrália), Estocolmo (Suécia), Johannesburgo (África do Sul) e Santiago (Chile).

EUA

Indicação apropriada



O governo dos EUA indicou o vice-secretário de Defesa, Paul Wolfowitz, para a presidência do Banco Mundial (Bird). Um dos principais falôes de Bush, Wolfowitz é considerado o ideólogo da invasão ao Iraque.

Também é um dos responsáveis pelos relatórios sobre as "armas de destruição em massa", que nunca foram encontradas. Ao lado do FMI, o Bird é uma das principais instituições do capital financeiro internacional, responsável pela disseminação da miséria no planeta. A indicação, portanto, parece ser bem apropriada.

Sem volta

Aumenta o número de soldados norte-americanos que se recusam a voltar para a guerra. O soldado Marquise J. Roberts é acusado de ter pedido a um parente para atirar em sua perna para ele não ter que voltar ao Iraque. Em 2003, o sargento Camilo Mejia esteve entre um dos primeiros a anunciar que se recusava a voltar ao Iraque, aplicando-se o status de opositor consciente. Um grupo de ex-soldados, que sucedeu obter o status de opositor consciente, criou um site mostrando às pessoas como se inscrever. O site reportou três mil entradas no primeiro dia.

ESPANHA

A última estátua

No dia 19, a última estátua do ditador espanhol Francisco Franco foi derrubada em Madrid. Apesar de ser retirada durante a madrugada, na surdina, cerca de cem pessoas aplaudiram a retirada do monumento. Mesmo após 30 anos de sua morte, o monumento persistia como uma péssima lembrança da ditadura. Até hoje, a história dos crimes do ditador, responsável pela matança de 100 mil pessoas, não foi passada à limpo. No entanto, vários ativistas dos direitos humanos, como aqui no Brasil, pressionam o governo de Luiz Zapatero para abrir os arquivos da ditadura.

PROTESTOS NO BRASIL

SÃO PAULO (SP)

Cerca de cinco mil saíram às ruas no dia 19, concentrando-se na Avenida Paulista e seguindo em marcha até a Praça da Sé. A Conlutas teve uma participação importante, sendo a responsável pela maior coluna. Era também a mais animada, com tambores e palavras de ordem que ecoaram pelas ruas. O PSTU esteve presente com sua militância e suas bandeiras, integrando também a coluna. "Contra a tortura americana, viva a resistência iraquiana!", gritavam os manifestantes. O ato, entretanto, não se voltou somente contra a invasão do Iraque. A intervenção do Haiti também foi alvo das críticas. Os manifestantes entoavam "Fora já, fora já daqui, Bush do Iraque e Lula do Haiti". O ponto alto foi a queima de um boneco com a máscara de Bush e da bandeira dos EUA, na Sé.

BELO HORIZONTE (MG)

Pela manhã, cerca de mil pessoas saíram em passeata pelo Centro, entoando palavras de ordem pela retirada das tropas americanas do

Iraque e das tropas brasileiras do Haiti. Em frente ao McDonalds, os manifestantes depositaram cruzes e sapatos velhos, representando os iraquianos mortos. Também queimaram a bandeira dos EUA.

BRASÍLIA (DF)

O ato foi realizado em frente à embaixada dos EUA. Diretores da CUT e da UNE tentaram impedir que a Conlute falasse. A manobra para calar os que denunciavam a subversão de Lula ao imperialismo não foi bem-sucedida. Dezenas de ativistas, aos gritos de "Democracia!", obrigaram os governistas a concederem a palavra à Conlute. Após esse incidente, Joãozinho, da CUT-DF, declarou: "No próximo ato, quem for contra o Lula não fala".

FORTALEZA (CE)

O ato aconteceu no dia 18, com cerca de 300 pessoas, em sua grande maioria estudantes secundaristas. O protesto reuniu também trabalhadores da construção civil e contou com a participação do PSTU e do PCR. As palavras de ordens centrais

BELO HORIZONTE



foram pela retirada das tropas de Bush do Iraque e as de Lula do Haiti e pelo apoio à resistência iraquiana.

NOVA IGUAÇU (RJ)

Mais de cem ativistas participaram da manifestação no dia 19. O final da passeata ocorreu em frente à prefeitura, onde os manifestantes aproveitaram para exigir do prefeito Lindberg Farias (PT) o fim do horário livre no comércio e das perseguições aos ambulantes. "Ao contrário de Lindberg, que passa os fins de semana na praia de Copacabana, os comerciantes de Nova Iguaçu não podem mais ver suas famílias, pois são obrigados a trabalhar sábados

SÃO PAULO



FORTALEZA

e domingos", declarou Renato Gomes, do sindicato de comerciantes.

COLABORARAM: Larissa Moraes (Belo Horizonte), Patrick Galba (Nova Iguaçu), Fausto Pinheiro (Fortaleza) e Carlos Henrique (Brasília)



WWW.PSTU.ORG.BR

Veja as galerias de fotos e o vídeo da queima do boneco de Bush, em São Paulo

AS MÃOS DO ESTADO SOBRE OS SINDICATOS

REFORMA SINDICAL impõe intervenção do Estado e acaba com autonomia dos sindicatos

RAIO X DA REFORMA SINDICAL

DIEGO CRUZ,
da redação

"Induzir a atuação do Poder Público em direção aos legítimos interesses dos atores sociais". Esta afirmação, relacionada à política do governo e ao funcionamento dos sindicatos, não expressa a política de Vargas de controle das entidades dos trabalhadores, tampouco foi dita por algum ministro da ditadura militar. Essa frase foi escrita pelo atual Ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, e consta na apresentação do projeto de reforma Sindical entregue ao Congresso.

Além de iniciar a reforma Trabalhista, acabar com o direito de greve e dar superpoderes à burocracia das cúpulas das centrais sindicais, a reforma Sindical do governo Lula assegura a ingerência do Estado na atuação dos sindicatos. Ao impor as mãos do Estado na organização dos trabalhadores, o governo Lula pretende acabar de vez com a autonomia dos sindicatos, da mesma maneira que o governo Vargas nos anos 1930, ou a ditadura militar décadas depois.

MINISTÉRIO DO TRABALHO OU DO CONTROLE?

A reforma do governo Lula pretende devolver ao Ministério do Trabalho a sua atribuição

original: controlar os sindicatos. Criado em novembro de 1930, o Ministério era o responsável pela legalização e cassação dos sindicatos. Abrigava órgãos como as Juntas de Conciliação e Julgamento, que em 1939 se transformaria na Justiça do Trabalho, responsável por resolver conflitos trabalhistas. Para presidir o Ministério, o governo Vargas precisava de pessoas com conhecimento e influência na área. Por isso, cooptou antigos líderes de movimentos sociais, como o advogado Evaristo de Moraes e o sindicalista Joaquim Pimenta. Qualquer semelhança com o fato de Berzoini ter sido presidente do sindicato e da Confederação dos bancários também não é mera coincidência.

Tampouco é coincidência o papel que a reforma Sindical atribui ao atual Ministério do Trabalho, de regularizar os sindicatos. De acordo com o artigo 8º do Projeto de Lei da reforma, em seu terceiro parágrafo: *"a personalidade sindical será atribuída por ato do Ministério do Trabalho e Emprego sempre que forem*



Governo Vargas enquadrou sindicatos

preenchidos os requisitos de representatividade estabelecidos nesta lei". Ou seja, fica a critério do governo estabelecer quais os sindicatos podem existir ou não.

No artigo 12, logo no primeiro parágrafo, o projeto estabelece que "os procedimentos e prazos relativos à contestação e à confirmação de representatividade serão definidos pelo CNRT e publicados por ato do Ministro do Trabalho e Emprego". Mas o que é

o CNRT? Esse é o maior mecanismo da reforma Sindical que atrela os sindicatos ao Estado.

CONSELHO NACIONAL DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Constituído para estabelecer as regras para o funcionamento dos sindicatos, o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT) será um órgão composto por representantes dos trabalhadores, empresários e governo. No entanto, longe de ser um órgão democrático, todos os seus componentes serão nomeados pelo Ministério do Trabalho. O CNRT terá como principal instância a Câmara Tripartite, formada por cinco representantes de cada lado. No caso dos representantes dos trabalhadores, as direções das centrais indicarão seus nomes e o ministério baterá o martelo.

O CNRT será apenas mais um órgão atrelado ao Estado, vinculado ao Ministério do Trabalho, assim como as Juntas de Conciliação no governo Vargas. O conselho vai estabelecer as *"disposições estatutárias mínimas a serem observadas pelos sindicatos"*, ou seja, vai impor as regras que todos os sindicatos deverão incluir em seus estatutos. Isso representa uma ingerência nunca vista desde a promulgação da Constituição de 1988.

O parágrafo X do artigo 133, que enumera as atribuições do conselho, estabelece que fica a cargo do CNRT *"mediar e conciliar os conflitos de representatividade sindical"*. É a volta da Comissão de Enquadramento Sindical da dita-

dura. Desta forma, ao mesmo tempo em que as centrais sindicais poderão criar entidades e garantir sua "representatividade", pelos sindicatos biônicos, também irão estabelecer quais sindicatos podem ou não existir. Além disso, o CNRT ainda vai *"propor disposições normativas sobre assuntos afeitos às relações do trabalho"*. Esse parágrafo difuso vai ainda mais longe e relega ao conselho a solução de questões trabalhistas.

RETROCESSO HISTÓRICO

A reforma Sindical do governo Lula representa, desta forma, um retrocesso histórico à organização dos trabalhadores. Ainda que mantivesse vários pontos de regimes anteriores, como o imposto sindical, a Constituição de 1988 proibia a ingerência do Estado nos sindicatos, além de garantir o direito à greve. Com a reforma, o Estado terá total controle sobre os sindicatos, da mesma forma como tinha no período da ditadura militar.

A ditadura militar, além de intervir nos sindicatos combativos, utilizava a concessão da Carta Sindical para determinar qual entidade poderia ou não existir. Além disso, os militares tinham ao seu lado os velhos pelegos, meros representantes da ditadura nos sindicatos. Da mesma forma que Vargas e o regime militar utilizavam os pelegos para impor uma brutal intervenção do Estado nos sindicatos, o governo Lula tem ao seu lado Luiz Marinho, da CUT, e Paulinho, da Força Sindical.



Manifestação pede liberdade sindical, contra intervenções

Berzoini é vaiado na Câmara ao apresentar reforma Sindical

O ministro Ricardo Berzoini apresentou no último dia 16, na Comissão do Trabalho da Câmara, o projeto de reforma Sindical. O ministro foi vaiado pelos sindicalistas presentes, em sua maioria servidores públicos que lançaram a sua campanha salarial. Os trabalhadores permaneceram de costas para o ministro, vaiaram e can-

taram palavras de ordem.

Os protestos reuniram ativistas da Conlutas e integrantes de setores da esquerda da CUT e do PCdoB.

Berzoini foi mais vaiado quando anunciou que, com a reforma, os sindicatos terão que informar o estado de greve com 72 horas de antecedência. Indignados, os sindicalistas gritavam: "Berzoini,

seu pelegão, essa reforma sindical é do patrão!". Vincentinho, ex-presidente da CUT e atual deputado federal, um dos mais empenhados na aprovação da reforma, não conseguiu falar devido às vaias. Paulinho, presidente da Força Sindical, saiu de fininho logo no começo da audiência, e Luis Marinho, da CUT, nem teve coragem de comparecer.



Conlutas no protesto contra reforma Sindical, durante audiência pública

FOTO ANTONIO CRUZ / AGÊNCIA BRASIL